
TENDÊNCIAS HEGEMÓNICAS
DA ALEMANHA NO QUADRO EUROPEU
— FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E GEOPOLÍTICOS —

João Manuel de Melo Mariz Fernandes

TENDÊNCIAS HEGEMÓNICAS
DA ALEMANHA NO QUADRO EUROPEU
— FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS E GEOPOLÍTICOS —

1. *FUNDAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DO NACIONALISMO ALEMÃO*

No final da Idade Média, enquanto a Inglaterra e a França emergiam como nações unificadas, a Alemanha era constituída por uma miscelânea de mais de trezentos principados isolados. A sua posição internacional ficara a dever-se ao Sacro Império, mas o Imperador havia perdido gradualmente o controlo dos seus súbditos. A Reforma e a Guerra dos Trinta Anos destruíram o que restava da unidade alemã, deixando inúmeros principados à mercê da França.

Na generalidade dos pequenos Estados a tirania exercida pelos Príncipes sobre os seus súbditos arreigou na mentalidade do povo alemão a aceitação da autocracia e da obediência cega e disciplinada, afastando-o dos ideais democráticos à data professados nas restantes potências europeias.

Curiosamente foi neste ambiente, aparentemente pouco propício ao desenvolvimento cultural, que veio a ter lugar uma autêntica explosão de pensadores, filósofos e intelectuais que marcaram de forma indelével a história do pensamento europeu. Foi Kant quem marcou o início do predomínio intelectual da Alemanha. Mas foi a própria história do povo alemão que influenciou o idealismo pós-kantiano, bem assim como a posterior evolução do pensamento filosófico alemão. Muito do que parece singular na especulação filosófica alemã reflecte o estado de espírito de uma nação convicta da sua força, desejosa da sua unidade, mas frustrada e desiludida pelos acidentes históricos que dificultaram a ascensão ao lugar a que se julgava com direito.

Foi ainda a História, através das convulsões que se seguiram à Revolução Francesa e às conquistas napoleónicas, que influenciou o nascimento

do nacionalismo alemão, no sentido moderno do termo. Em 1807, pouco após a derrota da Prússia em Iena, Johan Fichte, professor de Filosofia na Universidade de Berlim, iniciou os seus famosos *Discursos à Nação Alemã*, que tiveram o condão de agitar e inflamar um povo frustrado e humilhado pela derrota. Para Fichte só os alemães possuíam capacidade de regeneração, pelo que eram superiores a todas as outras raças. Assim, logo que a Alemanha recuperasse «o génio que Deus lhe concedera», «soaria a hora da Alemanha» e a sua missão seria a de regenerar o mundo.

Em 1815 o Congresso de Viena estabeleceu a nova carta política da Europa, confirmando a divisão da Alemanha em inúmeros pequenos Estados, enquanto a Prússia obtinha, na Renânia, compensações pela perda do Ducado de Varsóvia.

Por essa altura Hegel substituíra Fichte na cátedra da Universidade de Berlim. Hegel foi um glorificador do Estado como fim supremo da vida humana. Para ele o Estado é a mais alta manifestação do «espírito da Natureza», é o «universo moral», a «realidade do conceito de ética», razões pelas quais o Estado «tem o direito absoluto sobre o indivíduo, cujo supremo dever é ser um membro do Estado». Logo, os responsáveis pela direcção do Estado não devem deixar-se perturbar por quaisquer limitações de ordem moral. A teoria do Estado moderno é não a moral mas a ética, cuja figura suprema é o Estado. Portanto, a política sobrepõe-se à moral.

A ascensão de Bismarck ao poder, com a sua nomeação como Chanceler em 1862, veio fazer inflectir as relações da luta pelo poder político entre a Áustria e a Prússia. A guerra com a Dinamarca, em 1864, trouxe a anexação dos ducados de Schleswig e Holstein, e o sucesso na guerra com a Áustria, em 1867, permitiu a Bismarck impedir que esta última se ligasse à Confederação da Alemanha do Norte, que o «Chanceler de ferro» havia começado a formar. Até então a Prússia anexara já os ducados de Hanover, Hesse, Nassau, Francoforte e os do Elba.

A vitória na guerra franco-prussiana de 1870/71 consolidou o poder e o prestígio da Prússia na cena internacional. No ano imediato anexou os estados alemães do sul e proclamou o Império Alemão — o II Reich —, tendo o Rei assumido o cargo de Imperador. Estava consumada a unificação do Estado Alemão, sob a égide da Prússia, e a Alemanha tornou-se assim na maior potência continental da Europa. Só tinha como rival a Inglaterra, principal potência marítima.

Em 1874 chegou à Universidade de Berlim Heinrich von Treitschke, cujas aulas suscitaram enorme entusiasmo e vieram a influenciar significativamente o pensamento germânico. Mais radical que Fichte e Hegel, foi um ardoroso apoiante do realismo político de Bismarck, defendendo a soberania absoluta do Estado, ao qual tudo é permitido para atingir os seus fins. O povo, os súbditos, deveriam ser nada mais do que escravos da Nação. Mais prussiano do que os prussianos, afirmou: «A Prússia é o factor dominante. A vontade do Império não será senão a vontade do Estado Prussiano.»

Também Nietzsche, pela mesma altura, apoiava esta linha de pensamento. Condenando a democracia e o parlamentarismo, pregando o arbítrio do poder, proclamando o advento da raça superior e do super-homem, escreveu na sua obra *Assim falava Zaratustra*: «A sociedade jamais considerou a virtude como sendo mais do que um simples meio para o seu engrandecimento, para o uso da força e para o estabelecimento da ordem. O Estado é a moralidade organizada, ... o desejo de guerra, de conquista e de vingança. A sociedade não se destina a existir para o seu próprio benefício, mas apenas como infra-estrutura e degrau através do qual uma raça eleita possa elevar-se aos seus mais altos desígnios.» Em *Die Wille zur Macht (A ambição do poder)* acrescentou: «Uma raça destemida e dirigente está-se desenvolvendo ... o objectivo é preparar uma transposição de valores para uma espécie de homem particularmente forte, a mais altamente dotada de inteligência e de vontade. Este homem e a elite em seu torno converter-se-ão nos senhores da Terra».

A sedimentação das ideias veiculadas por Fichte, Hegel e Nietzsche, na sequência, aliás, de Kant e de Herder, foi edificando a ideia do absolutismo germânico, da disciplina e da obediência que ainda hoje caracterizam o povo alemão. A exaltação dos seus mitos, que teve a sua mais elevada expressão nas obras de Richard Wagner, emprestou à firme determinação germânica o calor emocional dos feitos dos seus heróis. Nestas duas componentes se caldeou e desenvolveu o sentimento nacionalista que viria a influenciar a história futura.

Em 1896, no discurso com que assinalou o 25.º aniversário da proclamação do Império Alemão, o Kaiser Guilherme II traçou as directrizes da sua *Weltpolitik*, assinalando como objectivo: «... ligar firmemente o nosso Império daqui ao Império Alemão mais vasto», o que implicava o estreitamento dos

laços com os alemães que tinham emigrado para o Novo Mundo, bem assim como a expansão da esfera de soberania aos povos alemães disseminados pela Europa (Holanda, Bélgica, Suíça, países balcânicos e Rússia). Nela se compreendia também a criação de um império ultramarino. Foi este sentido absolutista do poder e a concepção divina da sua origem que o levariam mais tarde a afirmar que a coroa real «fora assegurada apenas pela graça de Deus e não pelos Parlamentos, pelas assembleias populares ou decisões do povo» ... «Considerando-me um instrumento do Senhor, sigo o meu destino.»

2. A EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA NO SÉCULO XIX

Até ao século XIX a Geografia havia-se limitado essencialmente ao estudo da descrição física do globo terrestre. Contudo, no decorrer do século XIX a Geografia sofreu uma significativa evolução, dirigida em dois sentidos distintos: por um lado, deixou de se limitar ao estudo dos fenómenos estritamente físicos da superfície terrestre para se debruçar sobre outros fenómenos com ela relacionados, o que deu origem ao aparecimento da Geografia Humana, da Geografia Económica, da Geografia Política, etc.; por outro lado, sofreu uma alteração de ordem qualitativa, na medida em que deixou de ser uma ciência puramente descritiva para passar a procurar interpretar a influência das características do globo terrestre sobre os fenómenos que nele se desenrolam. Esta dupla evolução conferiu à Geografia a possibilidade de determinar as relações de causa e efeito entre o meio geográfico e os fenómenos que se inscrevem nesse meio. Feita esta conquista passou a Geografia a dispor da possibilidade de prever a evolução de certos fenómenos, conhecidas que fossem as suas causas.

Os criadores da Geografia moderna foram os alemães von Humboldt (1769/1859) e Karl Ritter (1779/1859). O primeiro, cientista altamente cotado e co-fundador da Sociedade de Geografia de Paris, foi porventura o primeiro geógrafo a estabelecer relações entre o homem, o Estado e o ambiente natural. O segundo, professor de Geografia na Escola Militar de Berlim, continuou e sistematizou a obra de Humboldt. No âmbito do estudo das relações entre o meio físico e o homem construiu uma teoria darwinista da cultura política, de

acordo com a qual a sobrevivência de uma civilização depende da posse de espaço, conquistado este à custa de elementos mais fracos. Esta teoria organicista de Ritter é concebida na época em que Hegel, von Treitschke e Nietzsche desenvolvem o seu pensamento à volta do sentido ético do Estado, entidade amoral, a quem tudo é permitido para atingir os seus fins.

Foi Friedrich Ratzel (1844/1904), professor de Geografia em Leipzig e Munique, quem deu um novo e poderoso impulso na investigação geográfica, o que lhe valeu o epíteto de «criador da Geografia Política» e, no dizer de Kjellen, de «o grande arroteador do solo virgem da Geopolítica». Na sua obra *Politische Geographie* o Estado é encarado como um organismo vivo, inevitavelmente ligado ao *solo* onde se encontra inscrito e influenciado pelo *homem*, como ser cultural e político actuante. Da acção mais enérgica ou mais fraca do homem resulta uma tendência para o crescimento ou para o enfraquecimento do Estado. Entenda-se crescimento como o aumento do território, ou seja, expansão da sua superfície. Assim, o estudo dos fenómenos políticos apoia-se no *espaço* (*der Raum*) ou *território* e na sua *posição* (*die Lage*). A acção do homem faz-se sentir fundamentalmente no modo como valoriza um e outra, o que depende essencialmente da sua aptidão para organizar e dinamizar esse espaço (*der Raumsinn*).

Assim considerado, o Estado é um organismo dinâmico, sujeito a regras de crescimento, regras estas dependentes da acção dos seus habitantes. Daí que as fronteiras do Estado sejam também elas dinâmicas, susceptíveis de flutuação, testemunhas das variações do seu poder.

Mas, sendo assim, justifica-se naturalmente que os Estados procurem expandir-se, à procura dos espaços que mais lhes convenham para a sua realização como unidades políticas fortes que ambicionem impor-se no cenário internacional. O que conduz de imediato à definição do seu espaço de interesse, que Ratzel designou coerentemente por *espaço vital* (*der Lebensraum*).

Esta concepção legítima a luta entre Estados pela posse dos respectivos espaços vitais e concretiza-se na absorção dos Estados mais fracos por parte dos mais fortes. Também este geógrafo, à semelhança de Ritter, compatibiliza a sua teoria com as ideias à data predominantes no âmbito da Filosofia Política. A sua teoria é a materialização geográfico-política das concepções filosófico-políticas de Hegel e Nietzsche.

3. A GUERRA INSTRUMENTO DA POLÍTICA

Quando em 1832 apareceu a público a obra *Vom Kriege*, deixada à posteridade por Carl von Clausewitz, foi dada à estampa a mais sólida e bem sistematizada reflexão de quantas até então haviam sido publicadas sobre o fenómeno da guerra.

Contemporâneo de Kant, Fichte, Hegel e Ritter, Clausewitz não pôde deixar de ser influenciado pelas ideias então em voga. E, se ficou conhecido como autor da célebre máxima: «A guerra é a continuação da política por outros meios», a verdade é que aqueles filósofos já o haviam dito por outras palavras.

Kant, que contribuiu poderosamente para o desenvolvimento das ideias liberais na Alemanha, mas também para a unidade nacional, reconheceu a inevitabilidade da guerra e o seu carácter purificador: «A guerra que tem em vista uma paz durável e comum é justa e moral.»

Fichte considerou a guerra como consequência inevitável da luta histórica entre os eleitos e os desfavorecidos: «Um povo afirma-se como tal na medida em que se entregue à luta colectiva pela sua liberdade e independência.»

Para Hegel «a guerra é uma forma necessária de afirmar o direito pelo único método de que um Estado dispõe, o qual é, por consequência, eterno e moral».

Clausewitz, contudo, na sua lógica de ferro, sintetizou melhor do que ninguém o papel da guerra ao serviço da política e o desta ao serviço dos interesses do Estado. O Estado é uma entidade viva (Ritter), com objectivos bem definidos e conhecedor dos meios adequados para os alcançar. Sendo soberano, não reconhece qualquer outra autoridade acima de si próprio. Mas como cada Estado procura aumentar o seu poder à custa dos outros, os respectivos interesses estão sempre em conflito. Tais conflitos só são resolvidos quando um Estado impõe a sua vontade sobre o outro. Daqui se conclui que a guerra é uma fase normal das relações entre Estados.

Eis assim completo o ciclo filosófico-geográfico-político. O Estado, ser vivo, dinâmico, soberano, inteligente, volitivo, autoritário, afirma o seu poder sobre os mais fracos, se necessário pela violência. Tal posição é, em si própria, justa, ética, moral.

O carácter obediente, disciplinado, organizado e eficiente do povo alemão contribuiria decisivamente para concretizar estas doutrinas no plano da realidade. *Deutschland über alles*, lema mais tarde adoptado pelo nacional-

-socialismo, era de há muito uma aspiração surda mas decidida, um grito de desespero de um povo viril, insatisfeito, obcecado pela grandeza que sabia estar ao seu alcance e que julgava merecer.

4. A EMANCIPAÇÃO DA GEOPOLÍTICA

A obra de Ratzel foi continuada e consolidada pelo sueco Rudolf Kjellen (1864/1922), formado em Direito Constitucional e professor de Geografia nas Universidades de Gotemburgo e Upsala. Muito vinculado à vida intelectual alemã, as suas principais obras foram traduzidas para a língua germânica.

Influenciado pela leitura da *Politische Geographie* de Ratzel, Kjellen conferiu à obra do seu antecessor uma clareza e solidez notáveis. Racionalizou a noção de Estado e reconheceu a este autoridade moral para se expandir na procura de fronteiras naturais que propiciem a sua realização harmoniosa.

Para Kjellen a Política é uma ciência empírica. Por isso o seu primeiro trabalho de fundo baseou-se na observação do comportamento dos principais Estados existentes à data. A sua experiência ficou testemunhada na sua obra *Stormkterna (As grandes potências)*, publicada em 1905. A sua tradução em alemão com o título *Die Grossmächte* teve a maior difusão na Alemanha, em 1914, sucedendo-se mais dezoito edições durante os quatros anos que durou a II Grande Guerra.

Kjellen concluiu que a História é essencialmente a história das grandes potências. Estas constituem «uma aristocracia e uma classe superior de Estados com limites variáveis e privilégios indefinidos, pelo que exercem uma influência predominante no mundo político». São, assim, as protagonistas da luta pelo poder na cena internacional.

Da observação empírica Kjellen passou à teorização. A sua formação de jurista constitucional deu lugar às suas convicções organicistas. A sua doutrina foi exposta na sua obra principal, dada à estampa em 1916: *Staten som livsform (O Estado como forma de vida)*, a qual constituiu novo êxito publicitário na Alemanha com a tradução *Der Staat als Lebensform*, difundida em 1917. Como o título sugere, o Estado é considerado por Kjellen um ser vivo, supra-individual. Tal como o indivíduo, o Estado tem também o seu carácter próprio, os seus interesses peculiares, os seus sentimentos, a sua forma de actuar. Misto de *moralidade* (conjunto de normas que regem a sua orga-

nização interna) e de *impulso orgânico* (que regula o seu comportamento face ao exterior), o Estado manifesta-se com maior vigor na sua relação com os outros Estados. Na sua actividade interna predomina a moralidade (diga-se o Direito), enquanto que na sua actividade externa o impulso orgânico se manifesta na lei da competição, da luta pela sobrevivência. «Na vida internacional, como em nenhum outro campo, a expressão válida é: a necessidade não conhece a lei.»

Dos elementos do poder do Estado, o *povo* e o *território* mereceram de Kjellen especial atenção por constituírem «a característica especial do Estado», conferindo-lhe o seu carácter biológico. O primeiro é objecto de estudo por parte da *Demopolítica*. O segundo é objecto da *Geopolítica*.

É pois com Kjellen que nasce a Geopolítica. O seu objecto é o estudo do ambiente natural onde o Estado se implanta, considerando o Estado como «um organismo num meio geográfico». A Geopolítica será assim o conjunto de princípios e de relações que se estabelecem entre Estados, as suas políticas e leis, estas determinando aquelas.

No âmbito da Geopolítica o território (ou «*império*», no dizer de Kjellen) deve ser considerado sob vários aspectos: o espaço, a configuração e a posição. Estes elementos estão sujeitos à *lei da individualização geográfica do Estado*, que tende a definir um «território natural» procurando no exterior «fronteiras naturais».

Do mesmo modo o Estado está sujeito à *lei da individualização étnica*, que determina a moldagem do povo pelo conteúdo espiritual recebido do Estado. Este enriquecimento dá origem à formação da Nação, cuja consciência própria, ou «nacionalismo», robustece o próprio Estado.

Não admira que as obras de Kjellen tenham tido tão grande repercussão na Alemanha imperial do início do século XX. A consolidação da linha organicista, a predominância dos interesses do Estado sobre a moral, a subalternização do direito face à política, a invocação do direito de procurar as fronteiras naturais que melhor se adaptassem à realização dos objectivos e dos interesses dum povo, tudo se ajustava aos objectivos políticos à época perseguidos pelo Kaiser Guilherme II.

Do mesmo modo, e perdida que fora a I Grande Guerra, a obra de Kjellen continuaria a alimentar os sonhos de uma reparação da «injustiça» da derrota, não consentânea com a «superioridade da raça alemã». A publicação, depois da guerra, de mais duas edições da sua obra inicial, agora com o título de *Die Grossmächte und die Weltkrise* (*As grandes potências e a crise mundial*),

constituiu o elo que ligaria a doutrina de Ratzel à escola geopolítica alemã, numa época em que americanos, ingleses e franceses se entregavam também a estudos semelhantes.

Para o Almirante americano Alfred Mahan (1840/1914) o domínio do mar bem como a capacidade de o usar como meio de circulação e de impedir o seu uso ao adversário constituem a base do poder nacional. Assim, a importância e o poder de um Estado dependem da extensão das suas costas, da natureza dos seus portos e da situação do território face às grandes rotas de navegação e à possibilidade de acesso aos mares livres. Bem entendido, o domínio dos mares exige o domínio de bases terrestres, origem das forças a projectar.

As doutrinas expandidas por Mahan, baseadas no estudo da História, tiveram por modelo a luta à data travada entre o poder marítimo inglês e o poder terrestre russo, o que o levou a reconhecer a importância da Rússia como posição central da grande massa terrestre representada pela Eurásia. A exiguidade de saídas para os mares quentes levou o Almirante Mahan a concluir pela tendência expansionista do Estado russo rumo às periferias da Eurásia, tendência essa susceptível de ser contida somente por uma aliança das potências marítimas, a partir de bases periféricas no continente euroasiático.

O inglês Halford Mackinder (1861/1946) é igualmente contemporâneo da luta entre ingleses e russos pela hegemonia do poder. Baseando-se, tal como Mahan, no estudo da História, caracterizou a civilização europeia como o resultado de uma luta permanente contra a invasão do Leste. Da comparação entre a extensão compacta e dominadora do território russo e a multiplicidade de individualidades geográficas da península europeia concluiu pela localização do «coração» da Eurásia na faixa ocupada pelos países que separam a Alemanha da Rússia. Esta região constituiria, na opinião de Mackinder, um importante pólo de poder, não só pela sua extensão como também pela sua inacessibilidade por mar.

Pondo em causa a teoria do poder marítimo de Mahan, Mackinder alerta, contudo, para o perigo que adviria para as potências marítimas de uma eventual transformação do Estado possuidor do «heartland» numa potência capaz de projectar poder por mar, o que lhe conferiria a possibilidade de poder vir a controlar o mundo.

Objectivando a sua doutrina sobre o poder então emergente da Alemanha, Mackinder preconizou a contenção desta última pela conjugação de dois pólos

de poder: o poder terrestre do «heartland», a Leste, e o poder marítimo dos estados do Atlântico Norte, a Ocidente.

Enquanto Mahan e Mackinder confrontavam as suas teorias, o Almirante francês Castex formulava a teoria do «perturbador continental». Na sua análise, igualmente baseada no estudo da História, concluiu pela emergência cíclica na Europa de uma potência continental, sedenta de poder e ansiosa de hegemonia, cujo objectivo final visa o domínio do mar. Contudo, o desgaste resultante da sua manobra estratégica por linhas interiores leva-a a claudicar perante a manobra envolvente dos poderes marítimos e a falhar o seu objectivo. Assim aconteceu com as potências imperiais de Carlos V, Filipe II e Napoleão, sempre derrotados pela potência marítima.

Todas as teorias atrás citadas foram desenvolvidas durante o período que mediou entre os primórdios da I Grande Guerra e a eclosão da II Guerra Mundial. Naturalmente que as nacionalidades dos seus autores influenciaram os respectivos pontos de vista, não sendo de estranhar que na mira das suas atenções estivessem os poderes emergentes de então: na Europa a Alemanha e a Rússia, ante e pós-Revolução; no continente americano os recém-emanipados Estados Unidos da América. Daí que na Alemanha, por seu lado, se desenvolvessem ao mesmo tempo teorias geopolíticas tendentes a formular uma «interpretação nacionalista» que contrariasse os seus potenciais adversários políticos.

5. A ESCOLA DE MUNIQUE E O NACIONAL-SOCIALISMO

Os estudos geopolíticos alemães foram fundamentalmente liderados pelo que se convencionou denominar por Escola de Munique, movimento intelectual que se baseou nas teses de Mackinder para as ajustar aos interesses de desforra de uma Alemanha ensombrada pela derrota de 1918 e humilhada pelo Tratado de Versalhes.

Os seus primórdios remontam a 1923, com a publicação do primeiro número da revista *Geopolitik*, cujos principais fundadores foram Karl Haushoffer e Ernst Obst.

Discípulo de Ratzel e de Kjellen, Karl Haushoffer (1869/1946), General de Brigada doutorado em Geografia, Biologia e História, encarou a natureza do Estado de forma mais pragmática e determinista que os seus próprios antecessores. Para ele o Estado é efectivamente um organismo vivo, sujeito

a todas as regras que condicionam o nascimento, crescimento e morte de todos os seres vivos. No seu interior o Homem está indissociavelmente ligado ao Solo mercê dos seus atributos rático-culturais. As fronteiras do Estado têm um cariz «natural», intimamente ligado à cobertura cultural de um povo num dado momento histórico. Conceito elástico, subjectivo, porém materializável pela capacidade de o Estado definir e atingir de *motu proprio* o seu próprio «espaço vital».

De acordo com esta concepção, fácil se torna deduzir que a existência de núcleos étnicos de raiz germânica em países como a Polónia, a Áustria, a Checoslováquia, a Hungria, a Jugoslávia, a Roménia e a Rússia justificaria a projecção das fronteiras delimitadoras do «espaço vital» alemão não só aos territórios ocupados por essas etnias, como também aos demais espaços necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do conjunto do «povo alemão». Daqui resultou que outros factores intervieram na definição do «espaço vital», designadamente e com maior acuidade os que foram sendo sucessivamente identificados como decisivos para a sua defesa, entendida esta no seu sentido mais lato e englobando não só aspectos de carácter estratégico militar mas também de carácter económico.

Na linha de Ratzel e de Kjellen, a teoria organicista de Haushoffer considerava que a tendência natural das relações internacionais seria a da assimilação das pequenas potências pelos grandes Estados. A estes competiria assegurar a ordem internacional e esta última basear-se-ia na divisão do globo em regiões estratégicas, organizadas segundo uma orientação norte-sul, assegurando assim uma equilibrada distribuição de populações e de recursos. Nesta divisão caberia à Alemanha a direcção da Pan-Região Euroafricana, constituída pela totalidade dos continentes europeu e africano, pela Península Arábica e por parte do Irão. Tal significaria o domínio do «heartland» (Europa Oriental), a confinação da Rússia aos seus territórios além dos Urais e a destruição do poder marítimo britânico, permitindo assim atingir o domínio da Ilha Mundial. Desta forma a Alemanha asseguraria a liderança de uma região onde se concentrariam de uma só vez os mais ricos potenciais estratégicos — população, território, recursos energéticos, vias de circulação e acessos aos mares quentes.

Nada melhor que as teses geopolíticas da Escola de Munique poderia servir o Partido Nacional-Socialista que, com a subida de Hitler ao poder em 1932, passou a dominar o espectro político alemão. Na sua obra *Mein Kampf*

Adolf Hitler explanou, embora de forma algo confusa, as ideias fundamentais em que viria a basear a sua política: a superioridade da raça ariana, o seu direito a usufruir do espaço vital correspondente aos seus interesses, em suma, a conquista da hegemonia mundial através do domínio da Europa e das principais regiões produtoras de matérias-primas.

Ao encontro destas preocupações vieram os trabalhos de Joseph de Gobineau e Houston Chamberlain sobre a desigualdade das raças humanas e a superioridade do «alemão ariano», cuja pureza rácica, há muito perdida, era urgente reencontrar. Contribuíram também as teses sobre o espaço vital, que Hitler localizou iniludivelmente a Leste:

«A Alemanha deve expandir-se para Leste, em grande medida à custa da Rússia e das nações vizinhas a ela associadas...»

«A natureza não reservou esse solo para a posse futura de qualquer nação ou raça em particular; pelo contrário, essa terra destina-se ao povo que dispuser do poderio necessário para a conquistar...»

«O novo Reich deve pôr-se de novo em marcha, tal como o fizeram os antigos Cavaleiros Teutónicos, e, com a espada alemã, conquistar terras para o arado alemão e o pão de cada dia para a Nação.»

Adolf Hitler
in *Mein Kampf*

Mas foi ainda Haushoffer que alimentou «cientificamente» o desejo de domínio de Hitler com a sua Tese da hegemonia mundial, construída sobre um sistema de pactos e alianças, a saber:

O Pacto com a Itália, que visaria o domínio do Mediterrâneo, como trampolim para o domínio do Norte de África, região, aliás, onde a Itália dispunha de importantes pontos estratégicos, como a Líbia e o Corno de África.

O Pacto com a União Soviética, que teria por finalidade neutralizar esta poderosa potência terrestre, evitando um conflito militar que representaria sempre um extremo desgaste para as forças alemãs, face às enormes dimensões que uma tal frente assumiria.

E o *Pacto com o Japão*, que teria por objectivo permitir que este último assumisse a liderança do Pacífico, interpondo-se assim entre a América e a Europa, cuja frente a Leste estava desguarnecida.

É de notar que estes três pactos vieram posteriormente a ser firmados pelo regime nazi e que a ofensiva alemã em território russo, que rompeu o Pacto Germano-Soviético, jamais foi apoiada pela Escola de Munique, pese embora a pressão que os geopolíticos alemães vieram a sofrer progressivamente por parte do poder político, a ponto de alguns deles terem terminado as suas vidas nos campos de concentração nazis.

O regime hitleriano apossou-se progressivamente dos conceitos geopolíticos desenvolvidos pelos pensadores alemães, transformando-os em instrumento de propaganda e invocando-os como base justificadora de uma política de agressão conduzida com objectivos imperialistas. A estratégia alemã da II Grande Guerra visou a assimilação das minorias alemãs dos Estados vizinhos, a «purificação» da raça ariana pela eliminação dos judeus e pela escravização dos povos eslavos, ensaiou a destruição do poder naval britânico e almejou a expansão das fronteiras do III Reich em todas as direcções — invasões da Polónia, da França, dos Países Baixos, da Noruega e da União Soviética. O «Reich dos 1000 anos» deveria assim corresponder a um espaço rácico-cultural apurado, no qual a paz duraria eternamente graças à total hegemonia da raça superior assegurada pelo direito do mais forte sobre os povos inferiores.

6. CONCLUSÕES

A derrota da Alemanha, consumada em 1945 pela conjugação dos esforços do poder terrestre de Leste com os das potências marítimas ocidentais, numa interessante confirmação das previsões de Mackinder, trouxe duas consequências importantes em dois níveis distintos: por um lado, a emergência de duas superpotências — a marítima, liderada pelos Estados Unidos da América, e a terrestre, representada pela União Soviética; por outro lado, e no que diz respeito à ciência geopolítica, atraiu sobre ela a desconfiança e até a rejeição das gerações do pós-guerra, em virtude do uso abusivo a que foi sujeita para justificar a materialização de ambições territoriais contrárias aos ideais democráticos das potências vencedoras.

A Alemanha, onde o vocábulo *Geopolitik* foi completamente proscrito, viu-se dividida, alimentando com os seus territórios de leste o novo «*heartland*» soviético e recorrendo à aliança marítima para preservar a integridade e a segurança da sua metade ocidental. Resultou, assim, colocada, não no «coração» da Eurásia, mas sim no coração do teatro de guerra fria entre os dois grandes blocos.

Porém, a nova configuração do cenário internacional, com o afundamento da potência terrestre, a desintegração do Pacto de Varsóvia e a unificação alemã, trás de novo à liça uma série de interrogações: como se irão realinhar, num futuro ainda vagamente previsível, os Estados europeus recentemente emancipados da esfera de influência soviética? Como virão a manifestar-se as minorias alemãs dos Estados limítrofes em face da previsível ascensão da nova Alemanha no quadro europeu? Numa era em que as armas tecnológica e económica desempenham um importante papel que tende a substituir o da força militar, voltará a Alemanha de novo emergente a «ocupar» o seu outrora almejado «espaço vital»?

Setembro de 1991.

João Manuel de Melo Mariz Fernandes

Coronel de Artilharia